BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Janeiro-Fevereiro-Março de 2009 - ISSN 2175-9103 42

Boletim Número 42
Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2009

Número Especial do II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza

EDITORIAL

O Boletim nº 42 oferece ao público leitor um balanço do nosso **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA**: **a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje,** traduzindo em palavras o sucesso do mesmo. Sucesso este que não foi apenas numérico, mas acima de tudo revelado pela qualidade dos trabalhos dos GTs, pelas conferências e palestras que apresentaram análises dos desafios presentes na realidade contemporânea. O mês de março é especialmente importante para todas as mulheres trabalhadoras do mundo, representa para todas nós um momento de reflexão, de balanço, de consciência dos desafios de nossa história, por isso apresentamos também nesta edição uma sensível artigo da Ministra Marina Silva. Finalizando está edição publicamos um artigo, especialmente selecionado, sobre a relação da grande imprensa brasileira com a América Latina. Através da leitura do mesmo os nexos e significados desta relação, muitas vezes esquecida, contribuem para a compreensão da complexidade dos processos hegemônicos na contemporaneidade.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

DESTAQUE

II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: balanço dos resultados

O **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA**: **a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje,** ocorreu nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2008, no campus Maracanã - UERJ. O evento foi organizado e coordenado pela Profa. Dra. Silene de Moraes Freire, da Faculdade de Serviço Social da UERJ e coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe.

O ***II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza*** foi pensado buscando contemplar a necessidade de empreender reflexões acerca das questões referentes aos direitos humanos na América Latina, particularmente àquelas voltadas para o enfrentamento dos direitos de crianças e adolescentes. São raras as iniciativas que se dão no meio acadêmico para discutir tal problemática, principalmente em âmbito regional. Não foi pequeno o esforço da comissão organizadora para viabilizar o evento no interior da Universidade, que se encontrava num período particular de greve de professores e funcionários técnico-administrativos.

Na ocasião foram realizadas: 1 mesa de abertura seguida de conferência e 4 mesas redondas. Participaram destas atividades 4 palestrantes internacionais e 15 nacionais de reconhecida produção na temática dos Direitos Humanos na América Latina. Foram realizados, também, 6 Grupos de Trabalho e 1 Mostra de Pôsteres, nos quais as produções das mais diversas universidades e instituições foram expostas e debatidas. Ocorreram, também, duas atividades lúdicas: a apresentação da Banda Infantil do Abrigo Maria Imaculada (AMI) e da Cia. Teatral Talentos da Vila Vintém.

Os desdobramentos acadêmicos destas atividades foram os Anais do II Seminário Internacional, ISBN nº 978-85-88769-24-3, entregue durante o evento; a edição de 10 (dez) vídeos contendo as principais conferências e mesas redondas proferidas, que se encontra em fase de edição e o lançamento de uma coletânea pela editora Gramma, previsto para 2009.

A administração do campus estimou um público aproximado de 2.600 pessoas circulantes, dentre participantes credenciados e não-credenciados. Nos grupos de trabalho foram apresentados cerca de 346 comunicações orais e 53 pôsteres. Tivemos um total de 1.899 pessoas credenciadas. Estes participantes ao preencherem a inscrição se autoclassificaram segundo o seguinte perfil por área de atuação: 582 eram estudantes de graduação, 342 eram estudantes de pós-graduação, 156 eram professores do ensino básico, 326 professores-pesquisadores universitários, 289 profissionais das mais variadas funções e 204 se denominaram como outros. Baseando-nos destes dados, ressaltamos que ficou demarcado novamente o perfil de excelência acadêmica do evento, evidenciado pela efetiva participação de representantes de diversas instituições de ensino superior.

O II Seminário logrou um êxito além daquele previsto pelos seus organizadores. As dificuldades enfrentadas para sua realização foram superadas graças aos aportes garantidos pelas instituições de fomento e parceiras, em especial à FAPERJ, CAPES, BANCO ITAÚ e PETROBRÁS.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenação Geral

Espaço Aberto

8 de Março

Marina Silva*

Virou moda considerar uma bobagem a comemoração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. O que mais se ouve é "e por que não o Dia do Homem"?

De certa forma, é bobagem mesmo, se olharmos a data como mais uma no calendário do consumo. Examinando melhor, veremos no 8 de março uma densidade histórica que importa não só às mulheres. Representa uma luta que é um salto civilizatório para a humanidade em geral, pois, olhando por outro ângulo, liberta também os homens de um papel retrógrado, que é fonte de opressão para as mulheres e os mantem reféns de um modelo de masculinidade pesado, limitador, embrutecedor e solitário no seu pedestal de poder.

Para quem não lembra, o 8 de março refere-se ao episódio no qual, em 1857, em Nova York, 129 operárias morrem queimadas na repressão policial numa fábrica textil onde elas reivindicavam redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias e direito à licença-maternidade. Em sua homenagem, o Congresso Internacional das Mulheres Socialistas instituiu, em 1910, o Dia Internacional da Mulher.

Tentem imaginar uma situação como essa há apenas 152 anos, um tempo histórico muito breve. E outros 60 anos antes, em 1793, em plena Revolução Francesa, de onde emergiram os principios universais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", Olympe de Gouges, revolucionária e militante da luta pela igualdade dos direitos políticos e civis para as mulheres, foi para a guilhotina. Por que? Porque, entre outras coisas, escreveu em 1791 a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", um contraponto à Declaração dos Direitos do Homem, que entendia restringir-se à cidadania do sexo masculino. Olympe tinha uma frase típica: "a mulher tem o direito de montar o seu palanque".

Nos anos 1960, as mulheres montaram o palanque do feminismo moderno, que chega aos nossos dias ainda cheio de frustrações, mas com enormes avanços, fartamente visíveis no plano da participação em todos os ramos de atividade, quebrando os estereótipos de "trabalho de homem" e "trabalho de mulher". Elas são herdeiras das pioneiras que, brilhantemente, enveredaram pelo caminho das demandas de caráter legal,

intelectual e político, ao invés de se restringirem às suas batalhas domésticas individuais. No Brasil, o voto feminino foi instituído depois de 22 anos de luta, em 1932, antes de ser aprovado, por exemplo, na França, na Itália e no Japão. Ou seja, faz muito pouco tempo que as mulheres foram reconhecidas formalmente como cidadãs, após milênios na condição de segundo plano, de suposto "ser inferior".

Tenho a impressão de que as mulheres desenvolveram, ao longo da história da humanidade, uma aprendizagem silenciosa, em que passaram a dominar o manejo das competências consideradas monopólio do masculino, antes mesmo de reivindicarem aberturas. Daí terem tirado a diferença em período comparativamente tão curto e terem demonstrado, na prática, o prejuízo sofrido pela sociedade humana ao preterir o olhar e a escuta femininos na resolução de problemas, na tomada das decisões, na resolução de conflitos pela negociação e pelo convencimento, e não pela submissão do oponente.

O que era confundido com fraqueza é uma imensa fortaleza para a política e todos os processos nos quais se lida com diferenças e necessidade de chegar à formação de consensos. É claro que nesse caminho difícil e cheio de atalhos e armadilhas, as mulheres cometeram grandes enganos. Um deles foi tentar sobrepor-se ao mundo dos homens, fazendo de si mesmas uma caricatura da cultura masculina. Outro foi caracterizar os homens como inimigos, caindo no equívoco de tentar substituí-los no comando, reproduzindo a mesma estrutura de poder excludente.

Hoje, porém, prevalece o reconhecimento da diferença e a busca da solidariedade e da equidade em espaços de troca que são as sementes de um novo momento civilizatório que se sustenta não na disputa destrutiva, mas na complementariedade das duas manifestações de existência do humano: o feminino e o masculino.

Aos homens parece ser ainda difícil a aprendizagem das formas de operar do feminino. E há urgências nessa aprendizagem, essencial para a verdadeira constituição das diferenças como identidades e não como cidadelas a serem dominadas, seja por um lado, seja por outro.

Esse é o grande desafio para, como se costuma dizer, todos e todas. A homogeneização, a tentativa de subjugar o outro ou diluir sua identidade, é empobrecedora sobretudo para o opressor. A esse respeito, o movimento feminista aprendeu e ensinou, em todos esses anos, décadas e séculos em que a mulher foi considerada apêndice do masculino. Hoje ela tem um lugar e esse lugar é conquista da humanidade.

Que os homens possam entender a beleza e a riqueza, para eles mesmos, desse processo que é tão longo e, ao mesmo tempo, tem avançado tão rapidamente. Que o futuro nos seja mais leve, com menos ansiedade pelo poder e mais solidariedade; menos guilhotina e mais liberdade, igualdade e fraternidade.

*Senadora pelo PT do Acre e ex-ministra do Meio Ambiente. É conselheira da Fundação Perseu Abramo.

Texto originalmente publicado no Portal PT, em 19/03/2009 site:
http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=4442

A América Latina é um continente solitário na grande imprensa brasileira

Alexandre Barbosa*

Um rápido olhar pelas páginas dos jornais ou pelas manchetes de televisão denunciam uma solidão latino-americana tão forte quanto a retratada por Gabriel García Márquez em Cem Anos de Solidão.

A indústria jornalística, principalmente a brasileira - porque o mesmo processo pode ser percebido nas mídias equivalentes dos vizinhos latino-americanos - não tem a América Latina como categoria de seleção de notícias. A indústria jornalística é formada por todos os veículos de comunicação que seguem o padrão industrial de acumulação capitalista: busca pelo lucro, serialização das funções para diminuir o tempo e as inconformidades da produção. Nessa categoria se encaixam jornais como Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, revistas como Veja, Isto É e Época e emissoras de TV como Globo, Record e SBT.

Este tipo de imprensa tem o olhar voltado para o eixo Europa-EUA, portanto é mais fácil encontrar uma manchete sobre uma bebida oferecida pelos bares de Nova Iorque do que sobre um movimento cultural nos países andinos. A cobertura palaciana de presidentes e encontros comerciais no velho mundo ganha mais importância do que os conflitos sociais nos campos latino-americanos.
Há diferentes fatores que explicam este cenário de solidão e que podem ser encontrados em dois eixos de análise.

No primeiro eixo está o mundo do jornalismo, que, assim como outras categorias, sofre com a exploração das relações de trabalho. O resultado pode ser visto em coberturas medíocres, feitas com o objetivo de atrair a maior quantidade de público em menos tempo. Além disso, dentro de uma redação, na tentativa de manter o emprego o jornalista adota as mesmas categorias de pensamento de seus patrões. Em pouco tempo dentro de uma indústria jornalística, o repórter passa a defender os mesmos interesses dos grupos econômicos e políticos proprietários dos veículos de comunicação.

Em outro eixo de análise está a história latino-americana. O continente foi cindido historicamente em duas regiões: a América Latina Oficial e a América Latina Popular. Na América Latina Oficial estão as grandes cidades, a elite branca do litoral e dos centros econômicos. Já a América Latina Popular é a dos rincões, dos sertões, dos pântanos, das montanhas, mestiça, negra, índia, operária e camponesa.

A América Latina Oficial impõe o domínio à Popular, mas é dominada pelos EUA e pela Europa. A indústria jornalística é orgânica da América Latina Oficial, por isso criminaliza e despreza movimentos sociais e todas as manifestações da América Latina Popular.

Da mesma forma que a historiografia oficial tentou apagar da história as tentativas populares de revolução - desde os quilombolas, passando por Canudos até as guerrilhas dos anos 60, a indústria jornalística constrói um mundo baseado apenas nos desejos de consumo dos centros econômicos da burguesia latino-americana, profundamente dependente do capital norte-americano e europeu. O outro lado da história hoje só é contado pela mídia independente, orgânica da América Latina Popular, ligada aos movimentos sociais camponeses e operários. São veículos como o jornal e revista do MST, as revistas Caros Amigos e Fórum, o jornal Brasil de Fato, as agências na Internet Carta Maior, ALAI e Adital.

A saída para a América Latina Popular sair dessa solidão a que parece condenada é fortalecer ainda mais os meios de comunicação ligados aos movimentos sociais. Deve incentivar uma mídia que não siga a lógica da indústria jornalística e adote outras categorias de seleção de notícias que contemplem a história, as lutas, a cultura e o cotidiano da América Latina Popular.

*Professor universitário (Uninove) e jornalista. Mestre em Ciências da Comunicação pela USP e especialista em Jornalismo Internacional pela PUC-SP. O texto é um resumo da palestra promovida pela AELAM na Unisantos, em maio de 2006. A análise completa - a dissertação de mestrado que trata deste tema - pode ser encontrada na Biblioteca Virtual de Teses da USP (www.teses.usp.br) com o título "A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira".

Texto originalmente publicado no site: http://www.latinoamericano.jor.br/artigo_macarico.htm

Expediente
Reitor
Profº Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Profº Maria Christina Paixão Maioli
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitoria de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidades dos autores